

“Estão deixando a gente morrer”: Notas sobre a atuação do Coletivo Força Tururu como contraconduta às violações de Direitos no Período de Pandemia.¹

Maurilo Miranda Sobral Neto

PALAVRAS CHAVES: BIOPOLÍTICA; NEOLIBERALISMO; COLETIVOS URBANOS;

I. Introdução: Uma rede de atores coletivos como agentes de disputa no campo Neoliberal

No Estado de Pernambuco, nas últimas décadas, se tem observado o surgimento de um elevado quantitativo de Coletivos como meio de articulação entre pessoas para atuação em pautas de Direitos Humanos. A Marco Zero Conteúdo, publicou no ano de 2022, o Mapa da Mídia Independente e Popular de Pernambuco.² De acordo com o mapa, até o presente momento foram mapeados quarenta e cinco coletivos (45) cuja atuação tem a comunicação popular como instrumento de luta pela efetivação de Direitos Humanos. Desse quantitativo, trinta e seis (36) coletivos atuam na região metropolitana do Recife, dentre eles o mais antigo e sem interrupção nas suas atividades, o Coletivo Força Tururu, que surge no ano de 2008. No próprio mapa é possível observar que os coletivos instrumentalizam a comunicação popular para o enfrentamento e denúncia de problemas que ocorrem em seus respectivos territórios.

É importante ressaltar que o conceito de “Coletivos” ainda está em desenvolvimento. A literatura sobre movimentos sociais tampouco é uníssona sobre a aproximação desses atores dos movimentos sociais já estudado, inclusive se seria possível chamá-los de outra “geração” desses mesmos movimentos. (ABERS; VON BULOW, 2011; ALONSO, 2009). Por sua vez, pesquisas mais recentes tem possibilitado enxergar algumas diretrizes de como se definem os coletivos urbanos (PEREZ, 2019, PEREZ; SOUZA, 2017, RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018). Nesse sentido:

Estes os dão algumas pistas importantes para identificar o que se caracteriza como coletivo, ou seja, grupos majoritariamente formados por jovens que compartilham ideias e valores e enxergam no coletivo o seu meio de atuação

¹Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

²Esse projeto é uma realização da Marco Zero Conteúdo, Repórteres Sem Fronteiras e e Sargento Perifa, https://mapadamidiap.e.marcozero.org/coletivos-mapa/?sort=a-z&lat=-8.097591&lng=-34.76214&search_location=Visible%20map%20area&proximity=135.91, acesso em 12/09/2022.

política. Ademais, destacam a centralidade das mídias sociais digitais para organização, atuação mobilização e divulgação das suas ações e a importância da dimensão territorial cotidiana para identificação comum e definição do seu escopo de atuação política. (FONSECA, 2021, P.67)

No Brasil, entre meados do regime ditatorial e o processo de redemocratização do país, a literatura das ciências sociais tem apontado para o surgimento de vários movimentos identificados como ações coletivas de maneira organizada e sistemática (BOSCHI; VALLADARES, 1981; 1983). Inclusive, parte desses movimentos populares coletivos vem se institucionalizando como estratégia de atuação, apesar da institucionalização ser vista como um fator de afastamento desses atores do movimento de base (DAGNINO, 2002, 2004; LAVALLE; CASTELLO; BOSCHI, 2004). No período entre 1970 e 1980 com a intensa urbanização do Brasil e a expansão progressiva dos centros urbanos, a periferia é marcada de forma intensa com os problemas desse processo. Sendo assim, a elevada taxa de desemprego, o baixo acesso às garantias mínimas de cidadania e o alto índice de violência se apresentam como fatores de gestão da vida nesses espaços. Nesse cenário, surgem os movimentos populares periféricos, como as associações de bairro em várias cidades do país. Esses “novos personagens” conforme intitula Eder Sader (1988) surgem como atores no processo de efetivação de cidadania.

A partir dos anos 2000, essas formas de ação coletiva organizada se tornam ainda mais heterogênea. Inclusive, recorrendo a outros meios de atuação, sobretudo as redes sociais. Dessa forma, a comunicação popular surge dentro das comunidades como um instrumento de articulação e denúncia dos conflitos que se desenvolvem dentro dos territórios periféricos. A utilização da comunicação popular juntamente com o uso de mídias como fotografia e vídeos torna os comunicadores atores ativos na disputa de narrativas direcionadas ao seu cotidiano. (DOIMO, 1995; FONSECA; 2021) Nessas narrativas, é possível tensionar discursos de criminalização do território e que constroem negativamente esses moradores como sujeitos criminais (MISSE; 1999; 2004; 2006).

Nesse contexto, em 2008 surge o Coletivo Força Tururu que se intitula como coletivo de comunicação popular e periférica. Desde o início da sua atuação dentro da comunidade do Tururu. O coletivo surge a partir do sentimento de revolta dos moradores da comunidade em relação as narrativas da mídia hegemônica sobre a comunidade do Tururu, sempre associada ao crime e violência. Dessa forma, o coletivo começa a produzir um jornal impresso chamado “Articula Tururu” cuja circulação é feita até os dias de hoje dentro da comunidade, além de ter ganho uma versão on-line, como

instrumento de comunicação popular e de autonomização da construção da própria narrativa sobre os problemas e questões envolvendo a comunidade.

Em seguida, o Coletivo começa a produzir vídeos e filmar o cotidiano da comunidade juntamente com os moradores. O manejo desses instrumentos audiovisuais possibilitou a construção narrativa das atividades rotineiras da comunidade pelos próprios moradores. A possibilidade de construir suas narrativas para além do processo de criminalização das notícias produzidas pela mídia hegemônica possibilitou um novo olhar da comunidade pelos próprios moradores, e posteriormente levou a comunidade do Tururu para os olhares nacionais e internacionais, com a premiação do documentário: “Tururu: Justiça, Paz e Vida” pela Secretaria de Nacional de Direitos Humanos em 2012.

Nesse período, o coletivo realizava dentro da comunidade, o que os integrantes chamam de “consciência relâmpago”. Vídeos que protagonizavam os moradores da própria comunidade, e falas de pautas de garantia de Direitos pertinentes aos moradores eram projetadas no campo da comunidade em horário de muito fluxo de pessoas, como uma forma deles se verem retratados por seus próprios olhos. A ação tinha a metodologia inspirada na forma de comunicação das religiões neopentecostais em realizar pregações nas ruas e praças da comunidade. O objetivo era que eles pudessem se ver de forma diferente da qual são projetados nos veículos de comunicação hegemônico, principalmente nos programas policiais. A comunicação popular como instrumento de fortalecimento da identidade³ dos moradores dentro do próprio território. Essas e outras ações construídas pelo Coletivo Força Tururu no território possibilitou o recebimento de mais um prêmio e reconhecimento, desta vez do Ministério da Cultura. Em 2023 o coletivo é premiado pelo ministério das cidades com o prêmio Periferia Viva. Os valores dos prêmios foram destinados para a compra de equipamentos com a finalidade de instrumentalizar e potencializar as ações do coletivo.

Hoje, o coletivo atua em ações dentro da comunidade e fora do seu território afetivo. Dentro da comunidade, o coletivo assume um papel estratégico de provocar uma rede institucional e não institucional de atores que atuam na garantia de Direitos

³ O coletivo midiativista Papo Reto em atividade desde 2013 no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, tem um quadro em seu canal do youtube chamado “Retrato Falado”. Nesse quadro, através da comunicação popular, o coletivo entrevista moradores e moradoras do Complexo do Alemão e sua relação com a comunidade. Um dos episódios conta a história da MC babalu referência no funk carioca e moradora do complexo do alemão. Conforme pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=TDvKJ47wDRQ>, acesso 23/01/2024.

Humanos as demandas e violações ocorridas dentro da comunidade e no município de paulista. Por exemplo, desde 2021 o Coletivo vem auxiliando uma ocupação existente dentro da comunidade do Tururu, hoje chamada de Ocupação Floresta.⁴

Além dos limites do território, o coletivo tem atuado na formação de outros coletivos de comunicação na região metropolitana do Recife, segundo o próprio coletivo, foram realizadas oito “formações de comunicadores populares” na região metropolitana nos últimos anos. Essas formações possibilitam o compartilhamento de conhecimentos de mídia como fotografia, vídeo e redes sociais. Além de trabalharem questões de violência policial, Direitos Humanos e articulação entre diversas periferias da Região Metropolitana do Recife, fomentando uma rede de comunicadores populares.

A produção em larga escala de câmeras digitais e smartphones, esses dispositivos com o mínimo de tecnologia de vídeo e áudio passaram a fazer parte da realidade brasileira como um todo, desde a inserção na dinâmica da cultura digital a instrumentalização de formas de denúncia de problemas que ocorrem no território da comunidade e controle informal da atividade do Estado.

Todavia, o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias no Brasil contribuíram para o direcionamento de um complexo de instrumentos de vigilância cada vez mais articulados e sincrônicos para um contingente populacional marginalizado dos interesses de consumo de uma sociedade neoliberal, e cada vez mais incorporados ao universo excludente do sistema punitivo. “Essa nova faceta da vigilância, [...] incide sobre uma pobreza tomada como produto de um sistema de ação deliberada, articulada conscientemente como o espaço de existência dos segmentos não incorporáveis ao empreendimento do neoliberalismo” (FLAUZINA, 2006, p.85).

⁴ “A comunidade Floresta é uma ocupação que surge dentro da comunidade do Tururu, território considerado como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, localizado no município de Paulista/PE. Hoje, a ocupação conta com cento e duas famílias morando no território. A comunidade existe desde 2016. Todavia, nos últimos quatro anos, diante do elevado custo para moradia na Região Metropolitana do Recife e a ausência de políticas de acesso à moradia no município de Paulista houve um aumento no número de famílias no processo de ocupação do território. Segundo o censo feito por uma das lideranças da comunidade, as famílias possuem uma renda por volta de R\$600 (seiscentos) reais advindos de Programas de Seguridade Social e do Bolsa Família. Outro dado que chama atenção é o elevado índice de crianças e idosos que também ocupam o território. Diante do aumento do número de famílias na ocupação, os moradores têm realizado regularmente assembleias sobre a gestão e a preservação da área ocupada e não-ocupada pelos moradores.”<https://mapa.despejozero.org.br/conflito/paulista-pe/ocupacao-floresta/>, acesso em 16/02/2024.

Dessa forma, além da utilização de dispositivos tecnológicos de controle pelo Estado, a polícia ocupa esses territórios intervindo de forma violenta e criminalizadora no cotidiano da periferia. Ademais, as atuações violentas se mostram cada vez mais diversas e violadoras dos direitos individuais, e aponta para polícia como uma instituição cada vez mais autônoma às autoridades de controle (AZEVEDO, 2005, p.228).

Entretanto, dentro desse cenário, novas formas de participação política visando a efetivação de Direitos Humanos e acesso a uma rede de cidadania vêm sendo utilizadas como mecanismos de inibição e denúncia da violência policial. Por exemplo, a atuação de coletivos midiativistas nas regiões periféricas do Rio de Janeiro possibilita a criação de uma rede de articulação entre os moradores e os espaços de empoderamento na própria comunidade, como o Coletivo Papo Reto no Complexo do Alemão, que funciona como uma torre com recebimento do que acontece na região, desde eventos relacionados a movimentos sociais, como denúncias de atuação violenta da polícia, colocando os moradores em constante contato entre si. Ademais, o coletivo, através da internet e mídias sociais, torna público para além da comunidade o que acontece dentro dela, praticamente em tempo real.

Nesse cenário, o presente trabalho busca entender como a garantia de Direitos tem sido moldada por uma nova razão de gestão da vida centralizada na economia política (FOUCAULT;2008). A lógica neoliberal impulsiona violações de garantias básicas de um regime democrático. Em um segundo momento, pretende-se compreender a partir da atuação do Coletivo Força Tururu, como a incidência de atores coletivos provoca tensionamentos e rupturas dentro dessa racionalidade de gestão da vida e da morte principalmente em áreas periféricas.

II. A Etnografia como método: A participação observante em tempos de contato virtual.

A presente pesquisa será qualitativa tendo o estudo de caso como estratégia de investigação, diante da complexidade do objeto a ser analisado, principalmente em virtude do particularismo que marca o dinamismo do contexto social brasileiro, como a violência desregulada, baixa efetividade das instituições de Direito e o racismo como marcador social fundante das relações no Brasil. A compreensão do Coletivo Força Tururu (CFT) e seus enfrentamentos como ator na efetivação de Direitos Humanos só é possível a partir do acompanhamento regular da sua atuação na Região Metropolitana do Recife.

O método do estudo de caso permite reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno, considerando elementos contextuais sem esquecer das construções sociais e representatividades entre os agentes envolvidos, no caso as instituições de Direitos e a comunidade. As diretrizes metodológicas do estudo de caso possibilitam uma compreensão ampla e dinâmica do contexto real, e permitem perceber como a atuação do CFT na região Metropolitana do Recife pode construir um processo de enfrentamento à criminalização e promover maior autonomia da comunidade, a partir da aproximação de seus conflitos das instituições de garantias, indo de encontro às violações de direitos e garantias individuais ocasionadas pela atuação falha do Estado.

Outros instrumentos metodológicos vão complementar o estudo de caso. Para tanto, recorreremos às diretrizes da etnografia que permite, através da participação observante⁵, o acompanhamento aprofundado, através do qual se pretende observar o cotidiano do Coletivo Força Tururu na Região Metropolitana do Recife. Os dados etnográficos são produtos de um processo que combina atenção ao universo observado com métodos analíticos cuidadosos, tanto para a interpretação, quanto para a comunicação do universo observado (GEERTZ, 1973; FRANKHAM; MACRAE, 2015).

A etnografia crítica evita explicitamente a noção de neutralidade e é um enfoque aplicado por pesquisadores/ativistas em apoio às metas dos participantes. Geralmente, os assuntos que são objeto de estudo identificam-se com aqueles em que o pesquisador está trabalhando e alguns defensores chegam até a se descreverem como “canetas de aluguel” (FRANKHAM; MACRAE, 2015, p.71).

Nesse sentido, a flexibilidade da etnografia como instrumento metodológico permite acompanhar e documentar as articulações do coletivo nas ruas e nas redes sociais, visto que o CFT recorre ao mediativismo e a comunicação popular como instrumentos de produção de dados e de efetivação de Direitos.

Ademais, através da etnografia podemos analisar como a utilização das mídias alternativas pelo coletivo vem auxiliando a comunidade no seu processo de autonomização, desde articulações referentes a protestos na própria comunidade e a realização denúncias em tempo real de atuações violentas da polícia, até a organização de atividades que contribuam no processo de empoderamento da população.

5 A participação Observante como método de pesquisa de participação se apresenta de forma diversa da “observação participante” diante do maior grau de proximidade do pesquisador com os atores e o universo da pesquisa. “O pesquisador atua como parte do grupo investigado ao mesmo tempo em que o observa.” (PERUZZO, 2017, p.162). Tal pressuposto metodológico para o desenvolvimento da presente pesquisa ocorre pelo fato do pesquisador ser integrante do Coletivo Força Tururu desde 2017.

A amplitude da metodologia de estudo de caso permite o diálogo com outros instrumentos metodológicos como iniciar a pesquisa a partir de um recorte qualitativo através dos registros etnográficos e entrevistas, posteriormente, se for necessário, validar as evidências de algumas variáveis por meio de uma análise quantitativa (FREITAS; JABOUR, 2011).

Em tempos de pandemia, o trabalho de campo ficou restrito aos meios de comunicação virtual. Os encontros presenciais foram para a realização de ações na comunidade e resolução de demandas que apareciam para o coletivo durante o período de pandemia. Dessa forma, a coleta de dados se pautou muito a partir da atuação do CFT nas redes sociais, como *facebook*, *instagram* e *youtube*⁶, no acompanhamento diário do grupo de *whatsapp* do coletivo e do número de celular do coletivo disponível para a comunidade. Nesse sentido, o mapeamento dos dados se deu muito a partir de uma perspectiva virtual.

A ideia de uma etnografia virtual se faz presente antes da própria pandemia. Desde a década de 90 a internet se apresenta como campo de pesquisa (WARD, 1999). O digital como campo constitutivo das relações sociais e consequentemente como universo de disputa na garantia de Direitos Humanos é uma realidade que não pode ser desprezada. “é ignorar o fenômeno social da nossa era e tornar perecíveis os métodos antropológicos tradicionais por supostamente não darem conta de explicar as culturas intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais.” (FERRAZ, 2019, p. 48)

III. Recorrendo à caixa de ferramentas: Neoliberalismo e a gestão da vida e da morte na comunidade do Tururu em tempos de pandemia.

O primeiro caso de Covid-19 notificado no Brasil ocorreu no dia 26 de Fevereiro de 2020 e desde então o país passou a ocupar os primeiros lugares com o maior número de mortos por Covid-19. Nos meses seguintes, o país foi marcado por um longo e trágico período de contradições e omissões na execução de políticas públicas no âmbito da saúde para prevenir a contaminação pelo Covid-19. O Estado de Pernambuco, a partir do Decreto nº 33513/20 determina a instauração de um período de emergência e medidas de

⁶ As redes do coletivo: https://www.facebook.com/ColetivoForcaTururu/?locale=pt_BR, https://www.instagram.com/coletivo_tururu/?img_index=1, <https://www.youtube.com/@tururucollectivo>, acesso em 16/02/2024.

restrição no que tange a circulação de pessoas e o funcionamento de estabelecimentos comerciais.

Na região metropolitana do Recife, foi possível observar a articulação de atores organizados coletivamente para garantir que grupos mais vulneráveis aos impactos da pandemia pudessem ter minimamente alguma garantia fundamental preservada. A atuação da Rede COPPA⁷ no município de paulista foi imprescindível para a garantia de vidas, principalmente na periferia do município.

No dia 03/05/2020, o Brasil enfrentava oficialmente quase cinquenta dias da pandemia ocasionada pelo Covid-19. No mês de maio, o elevado índice de mortes por contaminação do vírus crescia de forma jamais presenciada no país. Nesse período, o Brasil passava por expulsões e renúncias de vários ministros de saúde. A ausência de um plano efetivo do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia deixava a população brasileira à mercê de políticas de prevenção executadas pelos Estado e Municípios. Nessa mesma data, sob a justificativa de contaminação pela Covid-19 de quase 30% dos profissionais de saúde do município, a secretaria de saúde divulga uma lista como fechamento de algumas Unidades de Saúde básica para realocação dos profissionais⁸. De acordo com a lista, a maior parte das unidades de saúde fechadas foram de bairros da periferia como Maranguape II. Na comunidade do Tururu, localizada no município de Paulista, o UBS – Francisco Marcelo Dias, o único posto de unidade básica de saúde da comunidade não aparecia na lista divulgada pela prefeitura do município. Todavia, na manhã do dia 05/05/2020, a unidade amanheceu de portas fechadas.

O CFT atua dentro da comunidade do Tururu desde o seu surgimento, há quinze anos, segundo o próprio coletivo sua missão é: “Formar pessoas através do midiativismo a fim de prevenir e enfrentar à violência, ecoando vozes silenciadas dentro das

⁷ A Rede de Coletivo Populares de Paulista – Rede COPPA – É composta por vários coletivos de direitos humanos que atuam no município de paulista. No ano da pandemia, os coletivos tiveram uma incidência bastante incisiva no território. Foi lançada a campanha Paulista Território Afetivo e publicaram o Atlas - Coletivos populares de Paulista contra a COVID -19, em que foi mapeado os lugares de maior vulnerabilidade no território, dados retirados do sítio eletrônico: <https://marcozero.org/mapa-de-vulnerabilidade-produzido-por-coletivos-pode-ajudar-a-reduzir-impacto-do-coronavirus-em-paulista/>, acesso em 16/02/2024.

⁸“A prefeitura de Paulista, no Grande Recife, informou neste domingo (3) que decidiu remanejar o atendimento em algumas unidades de saúde do município, depois de 30% do efetivo ser afastado por causa da pandemia do novo coronavírus. A partir da segunda-feira (4), o atendimento em alguns postos passa a ser realizado em outros estabelecimentos, localizados no mesmo território de cobertura. S retirados do sítio eletrônico: <https://g1.globo.com/pe/pe/pe/noticia/2020/05/03/com-profissionais-de-saude-afastados-devido-a-pandemia-paulista-remaneja-atendimento-em-unidades-basicas.ghtml>, acesso em 31/08/2023.

comunidades periféricas.”⁹ E nesse período de atuação são muitas demandas que surgem no território e que chegam para o coletivo. Nesse mesmo período, o coletivo estava atuando em um caso de violência policial, ao qual uma moradora da comunidade havia sido espancada juntamente com sua filha por um agente civil, na delegacia do bairro do Janga em Paulista¹⁰. Esses e outras formas de violação que ocorrem no território sempre acabam chegando em forma de denúncia nas redes sociais do CFT ou através do *Whatsapp* do próprio coletivo.

Não demorou para que os moradores da comunidade entrassem em contato com o Coletivo para informar sobre o fechamento inesperado da unidade de saúde. De acordo com o “Atlas das áreas de maior vulnerabilidade no contexto da pandemia de Paulista”, elaborado pela Rede Coppa (2020), a área que abrange a comunidade do Tururu tem índices de vulnerabilidade comparados aos das áreas mais precárias de município de Paulista, mesmo a comunidade pertencente ao bairro com os melhores índices sociais do município, o Janga. Conforme segue:

A comunidade do Tururu está inserida no bairro do Janga, que é composto em grande parte por uma população de classe média/alta, especialmente no entorno da área de faixa litorânea, que nos últimos anos têm sido alvo de um processo agressivo de especulação imobiliária. Esse fator atraiu para o bairro um conjunto de empreendimentos diversos, como condomínios de luxo, shopping, restaurantes, além de um aumento na oferta de serviços por parte do Estado. (PINHEIRO, 2020, p.26)

Segundo o Pesquisador Elvis Pinheiro, em seu trabalho intitulado, *A construção de Direitos Humanos: Coletivo Força Tururu em Paulista- PE (2020)*, apenas uma linha de ônibus acessa a comunidade em seu percurso, com intervalo médio de 2 horas entre cada ônibus. Dessa forma, muitos moradores contam com a presença de transporte alternativos como Kombi e Vans que fazem o translado para as áreas centrais do município. A distância percorrida a pé entre a unidade de Posto de Saúde e a Av. Nossa Senhora da Paz, principal via da comunidade para acessar outras redes de ônibus e outros serviços, resulta em cerca de trinta minutos de caminhada.¹¹

⁹ Dados retirados do Portifólio do Coletivo Força Tururu.

¹⁰ A rede Coppa, publicou uma nota de repúdio no dia 03/04/2020 que foi compartilhada pelo CFT em seu blog, <https://coletivoforcatururu.blogspot.com/2020/04/nota-contragressao-policial-na.html>, acesso em 31/08/2023.

¹¹ <https://www.google.com.br/maps/dir/Bar+do+Milton,+R.+Gl%C3%A1uber+Rocha,+210+-+Janga,+Paulista+-+PE,+53439-200/Escola+Estadual+Sao+Jose+-+Av.+Floresta+-+Janga,+Paulista+-+PE/@-7.9437644,-34.828067,18z/data=!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x7ab3dce41f6b483:0xa757668a3ee34f19!2m2!1d->

Dessa forma, a vulnerabilidade econômica dificulta a locomoção dos moradores para outras unidades de saúde no município de Paulista. Ademais, a exposição ao transporte público nesse período aumenta a exposição da população ao vírus.

No dia 05/05/2020 às denúncias dos moradores sobre o fechamento do posto de saúde da comunidade chegaram às redes do coletivo logo pela manhã. Cidicleiton Zumbi (Cidi), um dos integrantes do coletivo que mora na comunidade foi ao local em posse de uma câmera fotográfico, produziu o conteúdo de audiovisual e fotográfico que seria instrumentalizado nas redes do coletivo para iniciar as denúncias em relação ao fechamento do Posto. No *instagram*¹² do CFT, a postagem foi feita nos seguintes termos:

POSTO DE SAÚDE DO TURURU FECHADO
No dia 03.05, a Prefeitura do Paulista divulgou uma nota comunicando as unidades de saúde que seriam transferidas (fechadas), por conta do afastamento de profissionais da área devido à covid-19. Ocorre que, no comunicado da prefeitura, não constava o posto de saúde do Tururu. Usuários ao chegarem na Unidade Marcelo Dias, na comunidade, nesta última segunda-feira, 04.05, se depararam com o posto fechado, sem informação alguma ou esclarecimento da gestão. Há outro problema grave quando a Prefeitura sobrecarrega os profissionais de saúde os relocando para outras unidades, dificulta o acesso dos usuários aos serviços em época de pandemia quando há possibilidade de aglomerar mais pessoas em um ambiente, uma vez que reduz o número de Unidades e amplia-se a quantidade de pessoas que necessitam do serviço. Reiteramos que vemos como preocupante, de igual forma, outros postos de saúde serem fechados, em comunidades diferentes da cidade. Solicitamos um esclarecimento imediato da prefeitura, que traga mais detalhes sobre disponibilização vacinas, medicação, organização das unidades, sobre o que ocorreu de fato com essa comunicação falha e queremos reforçar que com o fechamento da UBS muitos usuários que possuem graves problemas de saúde deixam de ser atendidos com mais rapidez, sendo assim ampliando os problemas sociais da comunidade que já não são poucos. (Coletivo Força Tururu, 05/05/2020).

Os comentários feitos na postagem traziam o fechamento de outros postos de saúde em bairros periféricos de Paulista, como Maranguape I, Paratibe e vários questionamentos sobre a ausência de vacinas.

Em 2023, ao consultar a lista de postos que seriam fechados pela prefeitura, é possível observar que houve uma inserção do nome do posto de saúde. Todavia, é possível localizar o quadro publicado originalmente em outros sítios eletrônicos.¹³

34.8264945!2d-7.9433003!1m5!1m1!1s0x7ab3ddcd94b791f:0x4464d44d44869d81!2m2!1d-34.8368251!2d-7.9447576!3e2?entry=ttu, acesso em 01/09/2023/

¹² https://www.instagram.com/p/B_zezsGnZq3/?img_index=1, acesso em 31/01/2024.

¹³ No link a seguir, é possível ver que a Unidade do Posto de Saúde não aparece como unidade a ser remanejada. A prefeitura dias depois, insere a Unidade Básica de Saúde do Tururu na lista em seu site. <https://g1.globo.com/pe/paranaguaba/noticia/2020/05/03/com-profissionais-de-saude-afastados-devido-a-pandemia-paulista-remaneja-atendimento-em-unidades-basicas.ghtml>, acesso em 14/02/2024.

No dia 05 de Maio de 2020, o Brasil contabilizava cerca de 115.953 casos de contaminação por COVID-19 e o maior número de mortes já registrado por contaminação do vírus até a referida data.¹⁴ Nesse dia, a comunidade do Tururu amanhece, sem qualquer aviso, com a única unidade de saúde básica fechada por determinação da secretaria de saúde do município de Paulista/PE.

As consequências do fechamento do posto de saúde sinalizam a forma de gestão de vida no território do Tururu pelo Estado. A ordem de fechamento da UBS se deu por ordem do órgão responsável pela gestão das instituições de saúde no Município, e sob a justificativa de baixa no efetivo de profissionais de saúde, realizou o deslocamento da equipe que trabalhava na única instituição de saúde da periferia do bairro do Janga para manter em funcionamento os atendimentos das áreas mais privilegiadas do bairro do Janga.

A compreensão dessa forma de gestão de vida em um território periférico, como a comunidade do Tururu, passa necessariamente pelo que se tem lido como neoliberalismo. Segundo Wendy Brown (2019, p.30), a caracterização dada por Michel Foucault sobre o neoliberalismo enfatiza uma nova racionalidade política cujas consequências vão além da política econômica. Essa concepção revela como o exercício de soberania e das subjetividades são transformados pela razão neoliberal.

A abordagem Foucaultiana enfoca os princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica. (BROWN, 2019, p.32)

A não intervenção ou a restrição da presença do exercício de poder do soberano na garantia de Direitos mínimos de cidadania são consequências da dinâmica de gestão neoliberal. O Michel Foucault (2004, p.429) ao pensar sobre o neoliberalismo americano aponta como consequência a ampliação da racionalidade de mercado e os critérios de decisão para campos além do econômico, como política penal, natalidade e políticas de saúde. Dessa forma, o (Neo)liberalismo não implica necessariamente em maior liberdade e ausência da intervenção do exercício de soberania na forma de gestão da vida e da morte em sociedade. O liberalismo fabrica liberdade tendo como custo para essa produção a segurança dentro da dinâmica de gestão das relações de poder.

¹⁴ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/05/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-5-de-maio.ghtml>

O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, todo o conjunto de injeções, de problemas de custo que essa fabricação levanta. Qual vai ser então o princípio de cálculo desse custo de fabricação de liberdade? O princípio de cálculo é, evidentemente, o que se chama de segurança. Ou seja, o liberalismo, a arte liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses – individuais no que têm de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo para o interesse de todos. [...] Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo. (FOUCAULT, 2008, p.85)

Nesse sentido, Foucault aponta para o surgimento de uma nova razão de governamentalidade cujo âmago é o jogo entre liberdade e segurança não mais se apoia em termos de Direitos como limite do exercício de soberania, tais limites tem como centralidade a economia política.

Em outras palavras, o que a economia política descobre não são direitos naturais anteriores ao exercício da governamentalidade, o que ela descobre é uma certa naturalidade própria da prática mesma de governo. (FOUCAULT, 2008, p.22)

Essa leitura do liberalismo feita por Foucault aponta para um caráter utilitarista das tomadas de decisões referentes ao exercício do poder soberano. Ele observa que no jogo entre liberdade e segurança, onde são pautadas as tomadas de decisões, houve uma mudança naquilo que pode limitar o exercício de poder. O liberalismo autoriza que o exercício de poder opere tendo como limite o mercado. Dessa forma, onde se tinha o Direito como instrumento que tornava uma gestão da vida e da morte como legítima ou não, hoje se tem o mercado. O mercado como limite dos atos de poder, não importa se a gestão do exercício de poder é legítima ou não, para o liberalismo importa se ela é útil ou não.

O utilitarismo é uma tecnologia do governo, assim como o direito público era, na época da razão de Estado, a forma de reflexão, ou se quiserem, a tecnologia jurídica com a qual se procurava limitar a linha de tendência indefinida da razão de Estado. (FOUCAULT, 2008, p.54)

A leitura que perpassa a chave do liberalismo dentro da perspectiva Foucaultiana é da utilidade e interesse como mecanismo de gestão da vida e da morte. Portanto, se faz estratégico recorrer a algumas chaves do pensamento foucaultiano para compreender essa ordem de fechamento do único posto de saúde do território pela secretaria do município de Paulista em meio a maior crise de saúde vivenciada nos últimos séculos.

Luciano Oliveira (2011) alerta sobre os erros que comumente são cometidos ao se transportar conceitos presentes no pensamento foucaultiano para o contexto brasileiro. O sociólogo faz essa análise a partir da transposição do conceito de sociedade disciplinar presente na obra *Vigiar e Punir*, comumente utilizado em estudos sociojurídicos sobre instituições como o cárcere, hospitais e escolas.

O argumento que quero desenvolver é o de que não podemos recepcionar um livro como esse sem muita cautela, pois, adiantando o que desenvolverei mais adiante, trabalho com a hipótese de que o Brasil não é uma sociedade disciplinar. Entretanto, praticamente não há estudo sobre prisão, violência, manicômio, escola etc. que não o cite. Citá-lo não é problema, mas, sim, usá-lo de modo indevido. (OLIVEIRA, 2011, p.313)

Nesse sentido, pensar a ideia de gestão da vida e a exposição à morte de alguns corpos em uma estrutura excludente de garantias mínimas típica do capitalismo latino-americano requer alguns cuidados para se evitar possíveis descuidos epistemológicos.

Em que pese, Foucault (2008) direcionar sua análise para pensar a Europa e suas relações de mercado, negligenciando a América Latina quando busca entender o liberalismo e suas mutações. Ele antecipa em suas análises, modulações do regime capitalista a partir de uma nova razão de gestão da vida que desagua no que se compreende hoje como neoliberalismo.

Essas modulações do capital, para Foucault (2008) tem a centralidade da economia política como elemento de gestão das relações sociais, conforme expõe Aline Passos (2023):

Há algumas décadas, é possível perceber a emergência, no debate público, de economistas que se dedicam a analisar temas pouco tradicionais na economia. Dentre eles, encontram-se economistas epidemiologistas, economistas-historiadores, economistas-sociólogos, economistas-juristas, para citar apenas alguns exemplos. Embora muitas pessoas atribuam esse espraiamento da economia por outras áreas do conhecimento às redes sociais digitais e à ampliação da própria esfera pública, no final da década de 1970, Michel Foucault chamou a atenção para uma mutação teórica e epistemológica em curso, pelo menos, desde a década de 1940. (PASSOS, 2023, p.87)

A centralidade da economia política como elemento fundamental nas decisões de poder em uma estrutura capitalista periférica, como o Brasil, se apresenta como possível de ser lida a partir de algumas chaves teóricas presentes em Foucault, como a ideia de biopolítica, conforme desenvolveremos melhor adiante.

Todos os meus livros (...) são pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas quiserem abri-las, servir-se de tal frase, de tal ideia, tal análise como uma chave de fenda ou uma

chave de roda para curto-circuitar, desqualificar os sistemas de poder, eventualmente aqueles mesmos de onde saíram meus livros... pois bem, ótimo. (FOCAULT,2006)

Sendo assim, tentando evitar possíveis deslizos, segue-se o manejo da caixa de ferramentas.

III. Biopolítica: A gestão da vida e da morte na comunidade do Tururu em tempos de pandemia.

Conforme exposto anteriormente, a presente análise objetiva compreender a partir do exercício de soberania advindo da gestão executiva do município de Paulista/PE em fechar o único posto de saúde da comunidade em meio aos primeiros meses de pandemia sem qualquer comunicação prévia para a comunidade. Abaixo, uma das notícias que veiculou a justificativa da Prefeitura sobre os fechamentos das unidades de saúde básica no território de Paulista:

“Segundo a prefeitura, o afastamento dos profissionais ocorre porque parte deles teve resultado positivo para a Covid-19 e outros foram retirados do atendimento ao público por fazerem parte do grupo de risco para agravamento da doença. Por causa disso, o atendimento em todas as unidades básicas não pode ser mantido, por falta de trabalhadores. O G1 questionou à prefeitura quantos profissionais existem na rede municipal e quantos deles foram afastados, mas ainda não recebeu resposta até a última atualização desta reportagem.”

No período de fechamento da Unidade Básica de saúde (UBS), o território do Tururu não presenciou nenhuma ação do executivo voltada para a garantia da vida no território. Inclusive, ações mínimas de caráter assistencialistas para a garantia da alimentação, medicamentos, prevenção à contaminação do vírus. Nada vindo das secretarias que compõem o executivo do município de Paulista.

Segundo os moradores e integrantes do coletivo, o que foi visto foi uma atuação de atores informais doando cestas básicas, kits de higiene (sabão neutro, detergente, máscaras e álcool em gel) e instalando pontos de limpeza como torneiras nas ruas da comunidade. Cicleiton Zumba, integrante do Coletivo Força Tururu disse que no momento da instalação das torneiras em alguns pontos da comunidade, os moradores perguntavam se era a prefeitura que estava fazendo as instalações. Nesse momento, os integrantes passaram a realizar ações com algo que os identificassem como integrantes do CFT, como a utilização de camisetas e adesivos do coletivo. Ademais, também se passou a utilizar placas de identificação do coletivo para informar que aquele ponto de higiene havia sido construído pelo coletivo.

A comunidade do Tururu é, historicamente, formada por pessoas que vivem do comércio informal, muitas famílias antes tinham na pesca a principal fonte de renda (PINHEIRO,2020). Hoje, observa-se a presença de trabalhadores informais com pequenos comércios locais e trabalhadores que prestam serviços dentro e fora da comunidade. O Coletivo Força Tururu registrou a dificuldade dos moradores de terem que ficar em casa durante os dias de *lockdown* e medo da exposição ao vírus.¹⁵ No vídeo, uma das falas é do morador, Maquiavel Luiz:

É estranho, né? É diferente de uma epidemia. O que o cara percebe é que a comunidade não para, né, vei? As comunidades num para... a gente não pode se dar esse luxo de parar. Infelizmente, a gente não pode se dar esse luxo de parar.

O vídeo mostra um dia comum na comunidade nesses primeiros meses de pandemia, o número elevado de mortes no Brasil, pessoas que tinham o privilégio de continuar suas atividades laborais de forma remota, ou aguardar um melhor momento para retorno era uma realidade inexistente para a comunidade. É possível ver o fluxo normal nas ruas das comunidades e o medo da exposição ao vírus, o vídeo foi publicado no dia 03 de abril de 2020, um mês antes do fechamento do posto de saúde. Ora, a ausência de qualquer política mínima de preservação da vida à exposição do vírus e o posterior fechamento da única Unidade Básica de Saúde do território descortina um cenário de uma exposição utilitária, a partir de uma perspectiva liberal.

Conforme exposto anteriormente, Foucault (2008, p.58-59) traz dois pontos de ancoragem para essa nova razão governamental. O primeiro é o mercado como lugar de verificação do poder soberano. E o segundo ponto de ancoragem, o princípio de utilidade como medida das intervenções do poder estatal, utilidade esta medida pela relação entre liberdade e segurança. “A Troca, do lado do mercado-utilidade, do lado do poder público. Valor de troca e verificação espontânea dos processos econômicos, medidas de utilidade do poder público” (Foucault, 2008, p.59).

Segundo Foucault (2008, p.60) Essa mudança dos pontos de ancoragem no que se refere o exercício do poder soberano também alteram um sistema político que não se governa mais sobre pessoas ou coisas, mas sobre interesses.

No caso do liberalismo, é bem diferente. Já não é simplesmente essa espécie de proteção externa do próprio indivíduo que deve ser garantida. O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos

¹⁵O vídeo “Comunidade do Tururu contra o Coronavírus” foi um dos primeiros registros feito pelo coletivo durante o período de lockdown decretado pelo governo do Estado de Pernambuco. O vídeo relatava depoimentos dos moradores da comunidade sobre aquele momento de pandemia, <https://www.youtube.com/watch?v=i92xvttKvZE>, acesso em 14/02/2024.

indivíduos em torno da noção de perigo. No fundo, se de um lado (é o que eu lhes dizia na última vez) o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode -e é esse o reverso da medalha -, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos. (FOUCAULT, 2008, p.86)

Dessa forma, a leitura que se faz da atuação a partir da chave do neoliberalismo é uma leitura de exposição de determinados grupos à morte, como critérios de utilidade na lógica de interesse de mercado.

Alguns anos antes de ministrar o curso sobre liberalismo no *Collège de France*, aulas que foram publicadas na obra *O Nascimento da Biopolítica* (2008), Foucault conceitua anteriormente ideia de biopolítica. Inclusive, nesse curso acima referenciado, ao final da aula de 10/01/1979, é exposto por ele a necessidade de se falar de liberalismo para que pudesse desenvolver melhor a ideia de biopolítica, a grade de inteligibilidade da biopolítica é o liberalismo. “Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica” (FOUCAULT; 2008, p.31)

Nesse contexto, a ideia de biopolítica se apresenta como importante para a leitura do que está sendo analisado. Ora, a comunidade do Tururu, segundo o relatório produzido pela Rede COPPA (2020) é uma das áreas mais vulneráveis socialmente e consequentemente mais exposta aos danos da Covid-19. A biopolítica, assim como qualquer exercício de soberania é um ato de gestão da vida e da morte, segundo Foucault (2010). Acontece que difere de outros sistemas políticos, como no séc. XVI onde práticas de suplício revelavam o exercício de soberania para se fazer morrer. A biopolítica por ser um mecanismo de poder também mantém na equação a gestão da vida e a da morte. Todavia, dentro da lógica de utilidade do neoliberalismo, é um mecanismo ao qual as relações de poder operam para se fazer viver e se deixar morrer, nesse sentido:

O que quer dizer, de fato, direito de vida e de morte? Não, é claro, que o soberano pode fazer viver como pode fazer morrer. O direito de vida e de morte só se exerce de uma forma equilibrada, e sempre do lado da morte. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. [...] Não há, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte. Não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p.202).

A biopolítica ela gere a população a partir do investimento na vida. Foucault (2010, p.205) observa esse movimento de investimento da vida desde o séc. XVII, mas principalmente na segunda metade do século XVIII, o surgimento de uma medicina direcionada para a higiene pública e medicalização da população. Ou seja, são tecnologias de prolongamento da vida útil e produtiva.

Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2010, p.204)

Todavia, Foucault observa uma outra perspectiva de incidência da biopolítica como um mecanismo de compensação. Quando observamos as teorias eugenistas e positivistas que emergem no Sec. XIX e Sec. XX em um momento de investimento de políticas que prolonguem a vida. Os Processos de urbanização, saneamento, medicalização, vacinação que são direcionados ao prolongamento da vida são operabilizados sobre a população, mas que também vão assumir um mecanismos de regulamentação interna ou de homeostase, conforme segue abaixo:

E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida, mecanismos, como vocês veem, como os mecanismos disciplinares, destinados em sua a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. (FOUCAULT, 2010, p.207)

Quando Foucault cunha o conceito de Biopolítica como um mecanismo de gestão da população que investe na vida e na exposição da morte de grupos que integram essa mesma população como forma de manutenção de um equilíbrio, ele aponta como critério para produção dessa morte, o racismo. A biopolítica é sinônimo de racismo, e dentro das suas análises ele compreende o ápice desse tipo de política no Nazismo.

Nesse sentido, sobre quem se deixa morrer, são aqueles que não possuem utilidade dentro da lógica liberal, para que possa permanecer um grupo social mais forte, os investimentos direcionados a vitalidade se sustentam com a exclusão daqueles considerados degenerados. Inclusive, dentro dessa forma de gestão, se realoca os mecanismos de investimento da vida, que são limitados, para que se evite riscos excessivos de exposição à morte daqueles que se fazem viver.

IV. Contraconduta: A atuação dos Coletivos Urbanos no enfrentamento à Pandemia da Covid-19

Quando foram publicados os primeiros casos de contaminação de covid-19, o CFT iniciou uma série de ações dentro e fora¹⁶ da comunidade do Tururu. época, a comunidade do Tururu estava sofrendo com a falta de água potável em alguns dias da semana. A primeira postagem do coletivo nesse período alertava sobre a necessidade de suspensão de cobrança de contas de água e de luz, visto que muitos trabalhadores(as), principalmente com vínculos informais, estavam perdendo sua principal fonte de renda.

Em abril de 2020, o coletivo inicia a campanha “Tururu contra o Corona Virus”¹⁷, essa campanha tinha como foco a conscientização dos moradores sobre as consequências do Corona Virus, como também ações destinadas à prevenção e a provocação de atores públicos para a garantia de direitos na comunidade. Nesse período, o coletivo e outros atores¹⁸ que atuam pela efetivação de Direitos Humanos na Região Metropolitana do Recife passaram a traçar estratégias de atuação coletivas seja para aquisição de recursos, seja para a execução de ações no território. O coletivo criou pontos de recolhimento de doações dentro e fora da comunidade. Nesse primeiro momento, foram distribuídas 57 cestas para famílias em situação de extrema vulnerabilidade na comunidade. As cestas foram montadas com alimentos comprados no comércio dentro do Tururu como estratégia para a circulação do dinheiro dentro do território. Antes da distribuição, integrantes do coletivo entraram em contato com as famílias para estabelecer um horário para a retirada da cesta, visando não causar aglomeração. Essa ação foi a primeira de muitas outras ações de distribuição de cestas feitas no decorrer dos anos de pandemia.¹⁹

A distribuição foi feita na quadra da comunidade, e em postagem, o coletivo também alertou que esse tipo de ação será cobrado dos agentes públicos que tem se

¹⁶Suspende Já!, foi a postagem referente à cobrança de luz e água durante esse período de Pandemia. <https://www.instagram.com/p/B94mlGQBrbh/>, acesso em 19/02/2024.

¹⁷ Atenção Comunidades! Essa postagem consta com um carretel de fotos de moradores segurando placas com os seguintes dizeres “Tururu contra o Corona Vírus”,

¹⁸ Essa articulação possibilitou a realização de ações como distribuição de cestas básicas, kits de higiene e limpeza, material de comunicação e conscientização sobre o Corona Vírus. Essas ações contaram com a presença de atores coletivos como: O Fórum Nacional de Reforma Urbana, A Rede de Coletivos Populares de Paulista-Pe, FASE e Recife de luta, <https://www.instagram.com/p/CAsEViGHop5/>, acesso em 19/02/2024.

¹⁹ Ação A gente tem fome! Nessa postagem, o Coletivo faz a prestação de contas dos valores arrecadados e da quantidade de cestas distribuídas, https://www.instagram.com/p/CNuQL2_rYJs/, acesso em 19/02/2024.

omitido das suas funções de garantias dentro da comunidade, segue texto da postagem no Instagram²⁰:

Estamos fazendo tudo de muito bom gosto e dedicação, porém as coisas só vão entrar no eixo com a presença efetiva do Poder Público. O que tinha para fazer a gente tá fazendo, mas ainda se tem muito mais para contribuir e é aí que as secretárias e órgãos municipais e estaduais têm que entrar. (COLETIVO FORÇA TURURU, 2020)

Todas essas ações, tiveram início antes do fechamento da Unidade Básica de Saúde – Francisco Marcelo Dias. Inclusive, o fechamento dessa unidade básica foi a primeira ação do executivo para os moradores do Tururu nesses primeiros cinquenta dias de pandemia.

É importante ressaltar que com o fechamento do Posto de Saúde da comunidade do Tururu, os agentes de saúde deixaram de circular na comunidade, visitando as residências, informando sobre os riscos, formas de prevenção e locais de tratamento caso algum morador estivesse infectado com a doença. Nesse sentido, o coletivo colocou em circulação na comunidade uma “anuncicleta”. Uma bicicleta acoplada com uma caixa de som e que circulava nas ruas da comunidade alertando sobre as formas de cuidado em relação ao corona vírus, no *instagram*²¹ do CFT é possível ver essa postagem:

Fica esperto que a partir da semana que vem o Coletivo Tururu vai passar nas ruas da comunidade uma anuncicleta falando sobre a importância de nos protegermos e vencermos o coronavírus. Essa é mais uma ação para contribuir com a nossa comunidade, porque o assunto é sério e muitos problemas podem ser acarretados se a pandemia chegar às comunidades.(Coletivo Força Tururu, 2020)

Logo após o fechamento da unidade básica de saúde, o coletivo protocolizou um ofício junto à Secretaria de Saúde da Prefeitura de Paulista requerendo a abertura do posto de saúde, apontando as violações que o fechamento do posto acarreta para os moradores da comunidade.

Protocolamos na Secretaria de Saúde da Cidade de Paulista um ofício solicitando esclarecimentos com relação ao remanejamento da Ubs Francisco Marcelo Dias, do Tururu. Também solicitamos a reabertura da unidade. A Secretaria já nos retornou alegando o que estava na nota do dia 03.05 (que não constava o Tururu) de que profissionais de saúde estão doentes e necessitando assim preservá-los. Estamos solidários aos profissionais de saúde e a toda população. Iremos esperar o comunicado oficial da Secretaria por e-mail, porém ressaltamos a necessidade dela contratar mais profissionais para que os postos de saúde não fechem, na perspectiva de que o

²⁰ Distribuição das Cestas Básicas – Coletivo Força Tururu - <https://www.instagram.com/p/CCBEJ7DhgZS/>, acesso em 19/02/2024.

²¹ Anuncicleta pelas ruas do Tururu. <https://www.instagram.com/p/B-kH0M0B5ei/>, acesso em 19/02/2024.

atendimento à população seja garantida de forma rápida (ainda mais nos tempos que vivemos) e que a comunicação da gestão com a comunidade não seja falha, mais transparente, objetiva e com detalhes. Fechar ou remanejar a UBS não é o caminho mais adequado. Encaminhamos também o ofício ao Conselho de Saúde para que acompanhe o caso. (Coletivo Força Tururu, 2020)

O ofício teve como resposta, a realização de uma reunião com alguns integrantes do coletivo e representantes da secretaria de saúde, mas que teve como objetivo justificar que a realocação das unidades de saúde se deu em virtude do baixo quantitativo de profissionais. Todavia, nenhuma resposta concreta para tais questões na comunidade foi apresentada.

No dia 09/05/2020, a secretária de saúde do município de Paulista participou de uma *live* transmitida no *youtube*²², intitulada, 50 dias da COVID-19 na cidade de Paulista/PE. Durante a *live*, integrantes do coletivo e moradores (as) da comunidade do Tururu começaram a realizar inúmeras perguntas no chat, principalmente sobre o fechamento das Unidades de Saúde e os remanejamentos para áreas distantes das zonas periféricas de Paulista. Um ponto interessante, é que ao acessar em 2024 a *live*, os comentários que permanecem são apenas enaltecendo o debate feito por um dos vereadores, que futuramente sairia no futuro como candidato a prefeito.

Os comentários lidos durante a *live* geraram visível constrangimento entre os participantes. Quando questionada sobre ausência de distribuição de máscaras no território, as respostas se restringiram a ausência de orçamento. A secretária comenta rapidamente sobre o remanejamento da UBS da comunidade do Tururu: ‘O Tururu por exemplo, que foi uma das unidades que já sabe que transferida para Aparecida, a unidade é próxima, não é tão distante.’ A USF – Nossa Senhora de Aparecida, que seria a unidade mais próxima da comunidade do Tururu, está localizada acerca de 11km da comunidade.²³

Dessa forma, o cenário que se mostrava para a comunidade do Tururu era um cenário de total exposição ao vírus e as consequências negativas de um cenário político

²² 50 dias da Covid-19 na cidade de Paulista/PE, <https://www.youtube.com/watch?v=WtDqJVStl1A>, acesso em 17/02/2024.

²³ A distância entre a comunidade do Tururu e a USF – Nossa Senhora Aparecida - <https://www.google.com/maps/dir/Bar+do+Milton+-+R.+G1%C3%A1uber+Rocha,+210+-+Janga,+Paulista+-+PE,+53439-200/USF+Nossa+Senhora+Aparecida+-+Rua+Get%C3%BAlio+Vargas+-+Centro,+Paulista+-+PE/@-7.9508657,-34.8914988,13z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x7ab3dce41f6b483:0xa757668a3ee34f19!2m2!1d-34.8264945!2d-7.9433003!1m5!1m1!1s0x7ab1611ca8738a3:0xee256b967b23b391!2m2!1d-34.876378!2d-7.93843!3e0?authuser=0&entry=tту>, acesso em 19/02/2024.

e econômico de Pandemia. A ausência de vacinas, a ausência de políticas de garantia mínima de renda, ausência de políticas assistencialistas e o fechamento do único posto de saúde do território mostram a gestão do território do Tururu a partir da exposição à morte.

Michel Foucault traz uma chave teórica interessante para se pensar os movimentos de enfrentamento a uma estrutura de gestão. A ideia de *contraconduta*:

[...] movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos. São movimentos que também procuram (...) escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a forma de se conduzir. (FOUCAULT, 2019, p. 256-257).

As ações de resistência a padrões de gestões que submetem indivíduos e grupos à uma determinado ou fenômeno é chamada de *contraconduta*. O Coletivo Força Tururu e demais parceiros coletivos, o atuaram de modo a minimizar as consequências da ausência de políticas protetivas para o território do Tururu. Ademais, foram além, visto que atuaram de modo a tentar reverter, inclusive o fechamento da unidade saúde.

No dia 22/05/2020 o posto ainda se encontrava fechado, conforme pode ser visto na postagem do Coletivo em seu *instagram*. Nessa postagem, um dos integrantes, Neto, gravou um vídeo cobrando do município de paulista a reabertura da unidade, denunciando a exposição dos moradores e moradoras ao vírus

Queremos mais uma vez cobrar da Prefeitura de Paulista a reabertura do Unidade Básica de Saúde Marcelo Dias, no Tururu. E também nos colocarmos à disposição para dialogar e levar à gestão dos diversos problemas daqui. Não podemos e nem vamos nos calar diante disso. E aí, prefeitura, vamos conversa? Alô @prefeiturapaulista

No final do mês do maio, o posto foi reaberto, conforme ficamos sabendo via *whatsapp* do coletivo. Todavia, a reabertura só foi possível após muitas cobranças e articulação coletiva.

V. Conclusão

O breve ensaio buscou compreender como dentro da forma de gestão da vida e da morte em uma estrutura liberal existe um *modus operandi* de exposição de determinados grupos sociais à morte, como forma útil de gestão, não importa se o sistema

político é de uma democracia ou outro sistema mais autoritário. Conforme é possível de ser lido a partir da ideia de biopolítica, presente em Michel Foucault (2008).

O acesso às técnicas de comunicação popular e comunitária, cada vez mais presente nos espaços periféricos, tem proporcionado o protagonismo de narrativas de grupos que são marcados pela criminalização e invisibilidade. O acesso aos meios de produção de vídeo, equipamento fotográficos, e a criação de espaços virtuais como canais em diversas plataformas de comunicação social tem sido ferramentas de fortalecimento da identidade e do pertencimento aos espaços periféricos, como algo sem qualquer vínculo com a criminalidade e violência.

Dessa forma, a instrumentalização desses mecanismos de comunicação popular tem sido primordial na incidência de atores coletivos na luta pela garantia de Direitos Humanos. Ademais, como foi exposto, a atuação desses coletivos tem sido imprescindíveis para provocar rupturas garantistas dentro de uma estrutura neoliberal.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Augusto Jobim do . Biopolítica e Biocapitalismo: implicações da violência do controle. VERITAS (PORTO ALEGRE. IMPRESSO), v. 63, p. 515-543, 2018.

BOSCHI, R. Movimentos coletivos no Brasil Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOSCHI, R. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1987. BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, p. 20,1981.

BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, R. (Ed.). . Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1983

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente, Editora Filosófica Politeia, 2019.

FLAUZINA, Ana L. P. Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação de mestrado, Brasília,2006

FOUCAULT, M. (2006b). Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Carlos Correia Monteiro de Oliveira. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

FOUCAULT, M. Gerir os ilegalismos. In: _____. Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit. São Paulo: Graal, 2006. p.41-52

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). Brandão E, tradutor. São Paulo: Martins Fontes; 2008.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Sociologia, UERJ, 1999.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. AZEVEDO, Rodrigo G. de; LIMA, Renato; RATTON, José Luiz (orgs). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, L. Relendo Vigiar e Punir. Dilemas, 2011

PENTEADO, C.; OLIVEIRA, M. Autodenominação " Coletivo ": o que essa escolha pode nos informar. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia 9 a 12 de julho de 2019, UFSC - Florianópolis, SC Grupo de Trabalho 22 - Movimentos Sociais Contemporâneos Novos, 2019.

PEREZ, Olívia. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. Opinião Pública, v. 25, n. 3, p. 577- 596, 2019. PEREZ, O.; SOUZA, B. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e as práticas dos coletivos. 41 Encontro Anual da ANPOCS, 2017. PIRES, R. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Brasília-DF: IPEA, abr. 2020.

PEREZ, O.; SOUZA, B. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e a práticas dos coletivos. 41 Encontro Anual da ANPOCS, 2017.

RAGO, M. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos, 2019.

SANTANA, A. “ A economia do crime 40 anos depois do nascimento da biopolítica, Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2023.